

# ADMINISTRAÇÃO:

2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

# AD MI NIS TRA ÇÃO:



2

Estudos organizacionais e sociedade

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

## Administração: estudos organizacionais e sociedade 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Bruno Oliveira  
**Indexação:** Gabriel Motomu Teshima  
**Revisão:** Os autores  
**Organizador:** Elói Martins Senhoras

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: estudos organizacionais e sociedade 2 /  
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-433-4

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.334211709>

1. Administração. I. Senhoras, Elói Martins  
(Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

## APRESENTAÇÃO

A construção do campo de estudos em Administração tem passado por uma crescente produção incremental de pesquisas em diferentes partes do mundo em razão das rápidas transformações da realidade social, razão pela qual o presente livro surge para ampliar os debates temáticos com um enfoque pluralístico e fundamentado na riqueza empírica da realidade de um conjunto de estudos de caso.

Esta obra, intitulada “Administração: Estudos organizacionais e sociedade 2”, apresenta uma rica agenda de análises que valorizam a riqueza empírica da realidade administrativa em sua concretude, valorizando no trabalho de campo a construção de reflexões e novos conhecimentos que podem eventualmente corroborar para o avanço das fronteiras científicas, sem um necessário comprometimento com paradigmas ou teorias de *mainstream*.

O objetivo da presente obra é analisar a realidade empírica das organizações e do desenvolvimento organizacional por meio de uma triangulação metodológica de levantamentos bibliográficos com estudos de casos que é funcional para despertar a replicação de uma reflexão crítica sobre a construção do conhecimento científico em Administração com base na análise da realidade.

Caracterizado por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, este livro foi estruturado pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos relatos de experiência e dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Os 18 capítulos apresentados neste livro são oriundos de uma reflexão empírica construída por um conjunto de profissionais oriundos de distintas Instituições de Ensino Superior do Brasil e do exterior, corroborando assim para a expansão das fronteiras do conhecimento com base em um trabalho construído coletivamente com várias mãos e buscando difundir a pluralidade de pensamento.

Em nome de todos os pesquisadoras e pesquisadores envolvidos neste livro, comprometidos com o desenvolvimento científico dos estudos administrativos, convidamos você leitor(a) para explorar conosco, neste rico campo epistemológico, toda a riqueza empírica da nossa realidade organizacional contemporânea, pois urge a necessidade de avançarmos com análises mais abertas ao debate e à pluralidade teórico-metodológica.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras




## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### ORGANISATIONAL DEVELOPMENT. A GENERAL OVERVIEW

Tulio Barrios

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117091>

### **CAPÍTULO 2..... 17**

#### CONSULTORIA EMPRESARIAL E MOTIVAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Diego Felipe Borges Aragão

Francisco Lucas de Sousa

Francisco Antônio Gonçalves de Carvalho

Ana Maria Soares de Sousa

Marcelo Araujo de Sousa

José Santana da Rocha

Neila Pio de Moraes


Neilany Araújo de Sousa

Luzia Rodrigues de Macedo

Maysa Mayanne Moraes de Moura

Thaíla Dália de Sousa Lacerda

Davir Rodrigues dos Santos Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117092>

### **CAPÍTULO 3..... 28**


#### POLÍTICAS SOCIAIS E DIFERENCIAIS NO DESENVOLVIMENTO: MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA E NÃO FRONTEIRIÇOS

Edemar Rotta

Ivann Carlos Lago

Daniela Moraes de Lima

Neusa Rossini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117093>

### **CAPÍTULO 4..... 44**


#### SOCIEDADES COOPERATIVAS PRODUCTORAS Y SU FUNCIÓN EN LA VULNERABILIDAD SOCIAL EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Ana Luz Ramos-Soto

Igor Rivera

Denise Díaz de León

Jovany Arley Sepúlveda Aguirre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117094>


### **CAPÍTULO 5..... 56**

#### PRODUCTIVIDAD DE LAS TIC Y DISPARIDAD DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL EN LAS MUNICIPALIDADES PERUANAS, 2015-2019

Teófilo Lauracio Ticona

Jarol Teófilo Ramos Rojas


José Luis Morales Rocha  
Mario Aurelio Coyla Zela  
Solime Olga Carrión Fredes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117095>

**CAPÍTULO 6..... 75**

**O EFEITO “LAVA JATO” NO MERCADO DE CAPITAIS E NA TAXA DE CÂMBIO**


Vanessa Martins Valcanover  
Paulo Sérgio Ceretta

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117096>

**CAPÍTULO 7..... 87**

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: CONTRIBUIÇÕES E AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE MARINGÁ - PR**


Cibele Mantovanni  
Luciano Ferreira de Lima  
Juliane Sachser Angnes  
Marcos Roberto Kuhl

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117097>

**CAPÍTULO 8..... 100**

**REFLEXOS DO COVID - 19 NA RECEITA TRIBUTÁRIA DOS MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DO ESTADO DO PIAUÍ**


Francinildo Carneiro Benicio  
Anderson Lopes Nascimento  
Augusta da Rocha Loures Ferraz  
Cristiana Aragão Marques Correia Lima  
Júlio da Silva Oliveira  
Kelsen Arcângelo Ferreira e Silva  
Gisele Leite Padilha  
Ana Luiza Carvalho Medeiros Ferreira  
Antônio Vinícius Oliveira Ferreira  
Lennilton Viana Leal

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117098>

**CAPÍTULO 9..... 134**

**DESENVOLVIMENTO RENDAS PETROLIFERAS: OS DESAFIOS DO PLANEJAMENTO NA ESCALA LOCAL**


Irenice Aparecida Nunes de Sousa Deodato  
Valdir Júnio dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.3342117099>

**CAPÍTULO 10..... 148**

**SOCIEDADE EM REDE: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE OS MEIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS LAGOAS**

Raquel Prediger Anjos  
Cleonice Alexandre Le Bourlegat

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170910>

**CAPÍTULO 11..... 163**

A EMPRESA JÚNIOR COMO GRANDE LABORATÓRIO PRÁTICO DO CONHECIMENTO E DA GESTÃO EMPRESARIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA

Brenda Avany Gomes Braga

Leandro Reis Santana

Venicius Lucas dos Santos

Willias Santos da Silva

Meire Ane Pitta da Costa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170911>

**CAPÍTULO 12..... 171**

CONOCIMIENTO DE LA DIMENSIÓN SOCIOAMBIENTAL Y CONFLICTOS EN LA GESTIÓN DEL ESPACIO UNIVERSITARIO

Aloisio Ruscheinsky

Josep Trenc Esplugas


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170912>

**CAPÍTULO 13..... 181**

LA EDUCACIÓN EN ACADEMIAS COMERCIALES EN ZACATECAS, MÉXICO: TESTIMONIOS DE SU IMPORTANCIA COMO MEDIO DE INSERCIÓN LABORAL Y MOVILIDAD SOCIAL PARA LAS MUJERES

José Roberto González Hernández

Yolanda Guadalupe González Carrillo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170913>

**CAPÍTULO 14..... 196**

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS COMO FERRAMENTA PARA A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL: UM DIAGNÓSTICO NO IFMA CAMPUS SANTA INÊS

Genilton Luis Freitas Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170914>

**CAPÍTULO 15..... 212**

“BATEU, LEVOU!”: ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA ENTRE ADOLESCENTES ESCOLARES NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Cledinaldo Aparecido Dias

Vilma Oneide Dias

Kever Bruno Paradelo Gomes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170915>

**CAPÍTULO 16..... 226**

INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DA INTEGRAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO DE CASO DAS CONTRIBUIÇÕES DO GERENCIAMENTO DE PROJETOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DE ESCOLAS PÚBLICAS SITUADAS

EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Michel Lopes França Chaves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170916>


**CAPÍTULO 17.....236**

IMPLANTAÇÃO DE RASTREABILIDADE EM UM HOSPITAL GERAL, AVALIAÇÃO A PARTIR DOS PROCESSOS DE TRABALHO

Lucicleide Maria de Azevedo Campelo

Theo Duarte da Costa

Rodrigo d'Avila Vieira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170917>


**CAPÍTULO 18.....249**

MODALIDADES DE REMUNERAÇÃO MÉDICA EM AMBIENTE HOSPITALAR: NA BUSCA POR UM MODELO SUSTENTÁVEL

Eric Ettinger de Menezes Junior

Daniel Souza Ferreira Magalhães

Emerson Flamarion Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.33421170918>

**SOBRE O ORGANIZADOR.....266**

**ÍNDICE REMISSIVO.....267**

## PRODUCTIVIDAD DE LAS TIC Y DISPARIDAD DEL DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL EN LAS MUNICIPALIDADES PERUANAS, 2015-2019

*Data de aceite:* 01/09/2021

*Data de submissão:* 06/08/2021

### **Teófilo Lauracio Ticona**

Universidad José Carlos Mariátegui  
Moquegua, Perú  
<https://orcid.org/0000-0002-8095-6031>

### **Jarol Teófilo Ramos Rojas**

Universidad Nacional de Moquegua  
Moquegua, Perú  
<https://orcid.org/0000-0002-9308-6469>

### **José Luis Morales Rocha**

Universidad Nacional de Moquegua  
Moquegua, Perú  
<https://orcid.org/0000-0001-5080-1701>

### **Mario Aurelio Coyla Zela**

Universidad Nacional de Moquegua  
Moquegua, Perú  
<https://orcid.org/0000-0003-1452-8220>

### **Solime Olga Carrión Fredes**

Universidad Nacional de Moquegua  
Moquegua, Perú  
<https://orcid.org/0000-0002-0826-3011>

**RESUMEN:** El objetivo de este artículo fue relacionar la productividad de las TIC en términos de la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales con la disparidad del desarrollo económico local en las municipalidades peruanas. Se empleó el ratio y una escala de productividad, el índice de disparidad y el coeficiente de correlación. Los datos se

obtuvieron de portales oficiales. Se determinó que la contribución del acceso al internet a la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales no es significativa, al parecer como consecuencia benéfica del estado de saturación del acceso al internet que alcanzaron las municipalidades peruanas: 98.6% de las municipalidades del primer quintil y el 85.5% del último quintil; es notoria la disparidad del desarrollo económico local en el Perú, el PBI per cápita de los departamentos del primer quintil fue 3.9 veces respecto al último quintil en 2015, disminuyó a 2.8 en 2019, esta disparidad puede atribuirse a los factores estructurales, también a las transferencias por cánones y que se aprovecharon mejor; y, la productividad de las TIC en la ejecución del presupuestos de gastos municipales con PBI per cápita los tres primeros quintiles tienden a la correlación negativa; en cambio, en las dos últimas son mayoritariamente positivas.

**PALABRAS CLAVE:** Productividad TIC, desarrollo económico local, disparidad económica, gastos municipales, acceso al internet.

### ICT PRODUCTIVITY AND LOCAL ECONOMIC DEVELOPMENT DISPARITY IN PERUVIAN MUNICIPALITIES, 2015-2019

**ABSTRACT:** The objective of this article was to relate ICT productivity in terms of the effectiveness of municipal spending budget execution with the disparity of local economic development in Peruvian municipalities. The ratio and a productivity scale, the disparity index

and the correlation coefficient were used. The data was obtained from official portals. It was determined that the contribution of internet access to the effectiveness of the municipal spending budget is not significant, apparently as a beneficial consequence of the stage of saturation of internet access that Peruvian municipalities reached: 98.6% of the municipalities of the first quintile and 85.5% of the last quintile; The disparity of local economic development in Peru is notorious, the GDP per capita of the departments of the first quintile was 3.9 times compared to the last quintile in 2015, it decreased to 2.8 in 2019, this disparity can be attributed to structural factors, also to transfers for royalties and that were better used; and, the productivity of ICT in the execution of municipal spending budgets with GDP per capita the first three quintiles tend to negative correlation; on the other hand, in the last two they are mostly positive.

**KEYWORDS:** ICT productivity, local economic development, economic disparity, municipal expenditures, internet access.

## 1 | INTRODUCCIÓN

Para el 61% de las familias, la gestión municipal no es la adecuada, el presupuesto es deficiente, la productividad es baja, también la cobertura (LOPEZ RODRIGUEZ, 2019) a. Por su parte (VELAZCO, 2020) encontró una relación significativa entre la gestión municipal y el desarrollo económico local, aunque también reitera la ineficiencia de aquella. Este problema también lo resaltan (LOPEZ, AYALA e ARELLANES, 2017) al concluir que en Latinoamérica los gobiernos locales no conducen el desarrollo local por insuficiencia de atribuciones, presupuesto y capacidades técnicas principalmente.

Indudablemente, desde la perspectiva económica el desarrollo local se justifica porque impulsa la creación, el crecimiento, la diversificación, la innovación y la acumulación de capacidades del sector productivo local; atrae capitales, tecnología, mano de obra calificada; motiva más gastos e inversiones públicas; retiene la migración de vecinos, más bien alienta el asentamiento de nuevos habitantes; ellos potencian el mercado local, incluso la proyección al mercado externo, dinamizando la producción, el comercio y la recaudación tributaria local y nacional (ALARCÓN e GONZÁLEZ, 2018).

## 2 | REVISIÓN DE LITERATURA

Las políticas de desarrollo económico local latinoamericanas visibles, aunque con relativo éxito generalizable, implementados en la segunda mitad del siglo XX fueron los polos de desarrollo económico a través de parques industriales, zonas francas, etc.; aprovechamiento de las ventajas comparativas vernáculas: fortalecimiento de la vocación productiva local, circuitos turísticos, ferias gastronómicas, etc.; formación de asociaciones de municipalidades para promover la cooperación y aprendizaje mutuo; entre otras, que los menciona (MILLÁN e GARCÍA, 2017).

En 2001, en el Perú empezó la octava reforma de descentralización y al parecer

tampoco es efectiva por escasa voluntad política, ausencia de liderazgo democrático, presencia de modelo centralista basado en el monopolio de financiamiento público y la frecuente informalidad, ilegalidad y corrupción en la gestión pública (HERZ, 2019). Son parte de este proceso en el plano financiero la política de redistribución de parte de las rentas públicas como la consolidación del Fondo de Compensación Municipal (FONCOMUN), las transferencias por concepto de los cánones, regalías, rentas de aduanas, participaciones y otras.

Entre 2004 al 2018, las municipalidades recibieron 81 mil millones de soles por concepto de canon, regalías y similares, pero no hay evidencias claras que logran contribuir al desarrollo económico de las municipalidades beneficiarias: más bien se percibe agravadas deficiencias en la capacidad y calidad de gasto público; y por supuesto se cuestiona la inequidad en su asignación (HERZ, 2019), (PEBE, RADAS e TORRES, 2017).

Esa deficiencia de capacidad y calidad de gasto que limita el desarrollo local suele atribuirse a la insuficiente capacidad técnica de las municipalidades para atender las demandas sociales y promover el desarrollo local con eficacia, eficiencia e inclusión (LOPEZ, AYALA e ARELLANES, 2017), por la escasa productividad de los funcionarios municipales debido a la volatilidad de la experticia por su alta rotación (BARCO, CHÁVEZ e OLIVAS, 2021), su limitada calificación (VICENTE e CHÁVEZ, 2020) y retribución (CUEVA GAMBOA, 2019); otro factor es la insuficiente efectividad de la inversión municipal (ARCE e TEJADA, 2017) consecuente a la ausencia de políticas locales que promuevan la coordinación entre localidades vecinas o con demandas parecidas de diseño y ejecución de proyectos de desarrollo (BARCO, CHÁVEZ e OLIVAS, 2021), al distanciamiento de proyectos vinculados al desarrollo de las capacidades y al desarrollo humano (GUERRA e CASTAÑEDA, 2020), al insuficiente crecimiento de la infraestructura pública destinada a la producción y comercialización de bienes y servicios (GIL e HERRERA, 2019); la incipiente modernización de la gestión y la calidad de los servicios municipales, siendo sus dimensiones críticas la demanda de simplificación administrativa y el gobierno electrónico (HUANCA, MORALES, *et al.*, 2021), a la falta de reconocimiento de la participación ciudadana por parte las autoridades y funcionarios ediles (PRÍNCIPE, 2020), posiblemente a otros factores más.

En síntesis, diversos estudios revelan que el sector público, también las municipalidades, enfrentan al importante reto de mejorar la eficacia, la productividad y que la calidad con que se ejecutan los presupuestos públicos esté relacionada con dichas mejoras, particularmente en países con menor desarrollo (CARTA e POU BELL, Julio 2018).

La productividad mide la eficiencia del uso de los factores en el proceso productivo. Suele analizarse la productividad del capital y el trabajo. El efecto combinado de ambos en la producción de bienes y servicios es la productividad total de factores que resume la capacidad o eficiencia que tienen estos dos (CESPEDES, LAVADO e RAMÍREZ, 2016), al que (FONTALVO-HERRERA e DE LA HOZ-GRANADILLO, 2017) añaden la tecnología;

(MILLÁN e GARCÍA, 2017) para la productividad de la gestión municipal incluyen factores ambientales como la institucionalidad, inversión, progreso técnico, gobernanza, innovación; (HAUSMANN, 2014) introduce la confianza en el rol de los gobiernos para mejorar la productividad antes que la rentabilidad.

Las implicancias de la disparidad de la productividad en el desarrollo económico local lo examinaron (HAUSMANN, 2021): la desigualdad entre naciones, también entre regiones al interior de un país, incluso entre localidades de una misma circunscripción territorial, se explican por las desigualdades en sus productividades. La reducción de la pobreza no depende de la dicotomía entre el capital y el trabajo sino del aumento de la productividad. Un trabajo empírico en esa línea llevó a cabo (PÉREZ, SALAZAR e HERNÁNDEZ, 2020), relacionaron la intensidad del conocimiento con la desigualdad social de los municipios del Estado de Hidalgo, México; concluyendo que la intensidad de conocimiento explica la desigualdad social de los municipios, recomendando formular políticas diferenciadas acordes a los distintos contextos locales.

El factor emergente de desarrollo económico de los países con menor desarrollo que contribuye a la productividad son las TIC (JORDÁ-BORRELL, 2020); en ese entendido, el objetivo de este artículo es relacionar la productividad de las TIC en términos de la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales con la disparidad del desarrollo económico local en las municipalidades peruanas.

### 3 | MÉTODO

La productividad de las TIC en la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos de las municipalidades (productividad TIC presupuestal, en adelante) se asoció con el ratio entre porcentaje de avance de la ejecución del presupuesto de gastos y el porcentaje de municipalidades de cada departamento con acceso a internet. En el Perú existen 196 municipalidades provinciales y 1655 distritales, comprendidas en 25 departamentos, incluida la provincia de Callao, que tiene ese rango (INEI, 2017).

El acceso al internet es una condición protagónica para mediar el desarrollo en la actualidad. (FLORES-CUETO, HERNÁNDEZ e GARAY-ARGANDOÑA, 2020), (LEÓN, 2018). Es imprescindible para la administración financiera de en las municipalidades, coadyuva a la gestión de las inversiones, a la participación ciudadana, al proceso de descentralización, entre muchos otros beneficios.

El seguimiento de la ejecución del presupuesto revela el desempeño, financiero del gobierno local respecto al uso eficiente de los recursos (VARGAS e ZABALETA, 2020); revela la eficacia: grado de cumplimiento de los objetivos, como la atención plena de las demandas vecinales concordada en el presupuesto participativo, lo que implica aproximarse al 100% en la ejecución del presupuesto; la eficiencia, es decir la productividad de los recursos que fueron confiados a las autoridades ediles; y calidad, en términos de la



oportunidad con que atendieron las demandas sociales.

La productividad TIC presupuestal asume valores entre  $0 < 1 < \infty$ , es 0 cuando la ejecución del presupuesto es 0% y el del acceso al internet es 100%, es 1 cuando en ambos se alcanzó el 100% e  $\infty$  cuando el acceso al internet es menor a la ejecución presupuestal. En esta escala, la contribución del acceso al internet a la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales no es evidente si es menor a la unidad y es óptima si supera la unidad; sin embargo, en el estadio de saturación del acceso al internet, esta productividad asumirá valores menores a la unidad.

El desarrollo económico local, en su aspecto restringido a la capacidad productiva y generación de riqueza se asoció con el PBI de las circunscripciones territoriales llamados departamentos en los cuales están ubicadas las municipalidades provinciales y distritales. El PBI per cápita es el ratio entre el PBI departamental y la respectiva población. Es un indicador que revela la media de la producción por habitante, aunque no revela la desigualdad ni las particularidades entre éstos, es ampliamente difundido (SANCHEZ ZAVALA, 2019). El crecimiento del PBI per cápita revela a su vez la mejora del ingreso de las personas en el tiempo, como consecuencia de desempeño económico, en este caso local.

El análisis de la disparidad del PIB per cápita permite estimar el grado de diferencias entre las municipalidades agrupadas en departamentos (SUÁREZ, 2019). El índice empleado para ello resulta de la división de la desviación estándar entre la media. Se calculó el coeficiente de correlación bivariado de Pearson para sondear si hay una relación entre la productividad de las TIC y el desarrollo económico

Los datos se obtuvieron de los portales de INEI y el MEF. El horizonte del estudio comprende 2015-2019, caracterizado por la finalización del auge de la bonanza de los precios internacionales de materias primas, reglón más importante de las exportaciones peruanas, principal fuente de financiamiento de las municipalidades peruanas. En el ámbito de la digitalización en la gran mayoría de las municipalidades estuvieron pendientes: la interoperabilidad entre las entidades del sector público, privado y la sociedad civil, aumentar la participación ciudadana en la gobernanza del Estado a través de inclusión digital, mejorar la integridad, confidencialidad y disponibilidad de la información pública (LEÓN, 2018).

## 4 | RESULTADOS

### Productividad de las TIC en las municipalidades peruanas

El acceso al internet de las municipalidades peruanas se está consolidando. En 2015, solamente el 66% de las municipalidades comprendidas en los departamentos del último quintil tenía ese servicio, a 2019 lograron acceder el 85.5% ver Tabla 1). En 2015, solo las municipalidades de los departamentos de dos quintiles sobrepasaban el 90%; en cambio, a 2019, lo hicieron los cuatro primeros. El acceso al internet de los cuatro últimos

quintiles logró cubrir la franja que les quedaba para alcanzar lo óptimo, el primero ya tenía un margen muy estrecho para ello. Llama la atención la ubicación de Lima en el último quintil. En este departamento, que es capital de la República, coexisten dos regiones, una moderna que corresponde a la provincia de Lima, altamente moderna y globalizada; y las demás provincias, muy tradicionales con limitado acceso al internet.

La disparidad del acceso al internet, aunque es irrelevante porque se aproxima a cero, se redujo de 0.15 a 0.07; denotando tendencia a la homogeneidad en cuanto al acceso al internet.

Esta tendencia, benéfica, por cierto, responde a los múltiples usos que se otorga al internet en la gobernanza municipal: es un instrumento ineludible en el proceso de la modernización del Estado. En el quehacer cotidiano de las finanzas municipales es necesario para el manejo de las plataformas interconectados al Ministerio de Economía y Finanzas, entidad rectora de las inversiones públicas en el país, principalmente para la gestión del presupuesto público en todas sus fases (FLORES e PONTE, 2019).

Quintil	Departamentos	2015	2016	2017	2018	2019
1°	Callao, Moquegua, Pasco, Cusco, Lambayeque	99.1	95.4	99.8	99.1	98.6
2°	Tacna, San Martín, Piura, Ica, Ucayali	95.3	96.4	99.3	99.0	97.8
3°	Tumbes, Loreto, La Libertad, Junín, Arequipa	88.1	89.5	93.0	93.8	95.7
4°	Madre de Dios, Cajamarca, Huánuco, Huancavelica, Puno	79.1	83.3	88.5	91.1	92.8
5°	Ayacucho, Lima, Ancash, Amazonas, Apurímac	66.0	69.4	75.2	80.3	85.5
	Índice de disparidad	0.15	0.13	0.12	0.09	0.07

Tabla 1. Porcentaje de municipalidades con acceso a internet.

El acceso al internet permite reducir las brechas digitales entre las poblaciones y los pobladores aislados geográfica y culturalmente (LEÓN, 2018), pese a su insuficiencia. En el Perú al primer trimestre de 2020 solo el 40.1 % de los hogares lo tenían (GUERRA, 2021). Las municipalidades tienen la capacidad de contribuir a superar ese déficit invirtiendo en la infraestructura pertinente. Las nuevas aplicaciones del internet como el gobierno electrónico, portales de participación digital, etc., demandan nuevas rutas de conexión con la ciudadanía a un costo razonable (CERVANTES, 2018).

La eficacia de la ejecución del presupuesto de gastos de las municipalidades peruanas del quintil más alto empieza en 82% en 2015, 74.5 en 2017 y 76.7% en 2019; la del quintil más bajo empezó en 66.0% para ascender a 70.3% en 2019; el promedio nacional supera ligeramente el 70%; por ello se deduce la presencia de una brecha de recursos financieros no utilizados oportunamente cercana al 30%, denotándose que los gobiernos locales no lograron atender en su plenitud las demandas vecinales, pese a

contar con recursos financieros. Se observa que esta deficiencia es generalizable, pues el índice de disparidad es igual o menor a 0.11 (ver Tabla 2).

Quintil	Departamentos	2015	2016	2017	2018	2019
1°	Callao, Cusco, Loreto, Ucayali, Lima	82.0	77.9	74.5	78.0	76.7
2°	Madre de Dios, Piura, Tumbas, Huancavelica, San Martín	76.8	70.8	68.5	70.9	62.9
3°	Tacna, Ayacucho, Amazonas, Pasco, Ica	72.7	71.7	68.3	69.9	69.6
4°	Junín, Cajamarca, La Libertad, Huánuco, Ancash	68.5	70.9	68.0	67.2	65.5
5°	Lambayeque, Moquegua, Puño, Arequipa, Apurímac	60.2	67.3	64.7	69.3	70.3
	Índice de disparidad	0.11	0.07	0.07	0.08	0.10

Tabla 2. Porcentaje de ejecución del presupuesto de gastos municipales.

El porcentaje de la población de un municipio con acceso al internet, conjuntamente con otras variables, tiene incidencia en la calidad de la ejecución de los presupuestos de gastos de las municipalidades (VARGAS e ZABALETA, 2020). Según (JIMÉNEZ, MERINO e SOSA, 2018) el efecto en la ejecución de la inversión pública del acceso al internet por el gobierno local es positivo, aunque no es significativo; también el uso de los sistemas informáticos como el SIAF. En ese trabajo se encontró que en efecto el coeficiente de correlación entre el acceso a internet y la ejecución del presupuesto de gastos municipales es positiva y próxima a la mediana en los tres primeros años y nula en los dos últimos (ver Tabla 3); explicable por el posible ingreso al período de saturación en este servicio. En 2019, tienen acceso al internet el 98.6% de las municipalidades del primer quintil y el 85.5% del último quintil.

La productividad TIC presupuestal superó la unidad en el primer quintil y sólo en 2015, para luego descender, hasta llegar a 0.77 en 2019. En los demás quintiles dicha productividad está por debajo de la unidad con tendencia a disminuir, a excepción del último que se estanca alrededor de 0.70 (ver Tabla 3). Según la escala de medición para la productividad TIC presupuestal, la contribución del acceso al internet a la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales no es evidente pues es menor a la unidad; al parecer ello es consecuencia benéfica del estadio de saturación del acceso al internet que alcanzaron las municipalidades peruanas. En efecto, en las municipalidades de los tres primeros quintiles superaron el 95%, el 90% en las del cuarto (ver Tabla 1); al parecer sólo persiste una pequeña brecha en las de último quintil: Ayacucho, Lima, Ancash, Amazonas, Apurímac; departamentos en cuyas municipalidades se requiere mayor inversión en la infraestructura de las TIC. En el caso del departamento de Lima, es preciso atender a las municipalidades del llamado Lima-provincias, que comprende todas las provincias a excepción de la provincia capital de la República. A las de Ancash y Apurímac está fluyendo

más recursos del canon y regalías mineras, que seguramente alentará la mencionada inversión.

Quintil	Departamentos	2015	2016	2017	2018	2019
1°	Amazonas, Lima, Ayacucho, Huancavelica, Madre de Dios	1.04	0.94	0.83	0.87	0.77
2°	Apurímac, Ancash, Loreto, Ucayali, Huánuco	0.90	0.90	0.80	0.80	0.76
3°	Callao, Cajamarca, Cusco, Puno, Tumbes	0.84	0.80	0.77	0.78	0.75
4°	Piura, Junín, La Libertad, San Martín, Tacna	0.79	0.81	0.74	0.72	0.70
5°	Arequipa, Ica, Pasco, Lambayeque, Moquegua	0.70	0.75	0.69	0.70	0.70
	Coefficiente de disparidad	0.14	0.14	0.12	0.13	0.13

Tabla 3. Productividad de las TIC en la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos de las municipalidades peruanas.

El estadio de saturación de acceso al internet generalizado que alcanzaron las municipalidades peruanas lo ratifica el índice de disparidad por departamentos. Empieza con 0.14 en 2015 y disminuye ligeramente en los siguientes años (ver Figura 1). El índice revela la escasa disparidad de productividad de las TIC en la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos de las municipalidades peruanas.

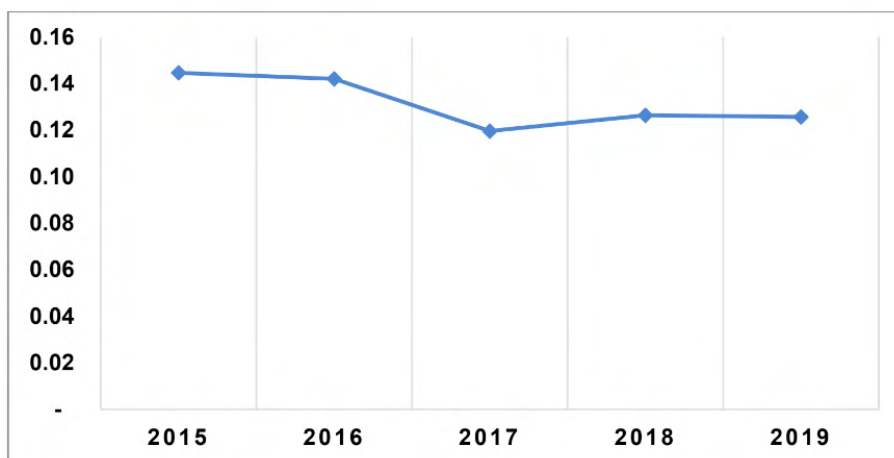


Figura 1. Índice de disparidad de la productividad TIC presupuestal de municipalidades peruanas de

Más allá de la efectividad de la ejecución presupuestal de gastos, las TIC contribuyen a la mejorar de la productividad de las inversiones (ARCE e TEJADA, 2017), de la calidad y productividad de los trabajadores municipales (ÁVILA, 2014), de la productividad y eficiencia institucionales, de la participación y colaboración de los usuarios y vecinos; condicionan la innovación, sin la cual no es posible construir el desarrollo local sostenible; también al

modelo de gobernanza, abierta, inclusiva y transparente per se (NASER e CONCHA, 2014).

Las municipalidades peruanas, posiblemente la mayoría de las latinoamericanas, enfrentan la deslegitimación principalmente por la ausencia de una gobernanza signada por una expectante productividad de los recursos financieros, humanos, tecnológicos, políticos; incapacidad para impulsar un desarrollo local sostenible, endógeno, pero globalizado; pero para lograrlo es necesario identificar, desarrollar o adecuar las TIC y las TICs (tecnologías de información y conocimiento), ello implica que las autoridades y funcionarios ediles, los vecinos, los titulares y colaboradores de las otras entidades públicas, empresas y la sociedad civil, se apropien y gestionen esa tecnología (RUBIO-NÚÑEZ, VALENCIA PÉREZ, *et al.*, 2018).

### **Disparidad del desarrollo económico local**

El desarrollo económico local es un proceso endógeno que se sustenta en las oportunidades, capacidades, la vocación y la dinámica productiva y comercial de los agentes económicos de una circunscripción territorial, que desemboca en la calidad de vida de sus habitantes (ROJAS, 2018), (JUÁREZ, 2013), (ALARCÓN e GONZÁLEZ, 2018). Desde hace varias décadas, procura responder estratégicamente a la notoria distribución inequitativa del desarrollo económico (CASAS, 2018), (HERNÁNDEZ e DESTINOBLESY, 2018) entre los departamentos en los que están circunscritos las municipalidades (LEÓN-MENDOZA, 2019).

En efecto, se aprecia una disparidad en el PBI per cápita departamental, los del primer quintil, conformado por los departamentos de Moquegua, Lima, Callao, Tacna y Pasco, en 2015 obtuvieron 3.9 veces de PBI per cápita que los del último quintil, conformado por los departamentos de Puno, Amazonas, Huánuco, San Martín, Apurímac; disminuye a 2.8 en 2019 (ver Tabla 4), explicable por la incorporación de Apurímac a los beneficiarios del canon y regalías mineras. En efecto, tres departamentos del primer quintil recibieron elevadas transferencias por esos conceptos, en Lima está la ciudad capital de la República y Callao es el puerto más importante del país, son parte de la región más moderna del país. Los departamentos de los Andes y parte de la Amazonia están en el cuarto y quinto quintil. En síntesis, el ingreso per cápita de la totalidad de los departamentos de la región costera, la más moderna y globalizada, se encuentran en los tres primeros quintiles y en dos últimos quintiles se ubican el 77% de los departamentos de los Andes y la Amazonia, regiones con economía principalmente extractivas (más adelante se detalla esta apreciación).

El índice de disparidad fue 0.65 en 2015, disminuyó ligeramente a 0.59 en 2019 (ver Tabla 4), lo que confirma la desigualdad entre los departamentos en la obtención del PBI per cápita.

Quintil	Departamentos	2015	2016	2017	2018	2019
1°	Moquegua, Lima, Callao, Tacna, Pasco	26.2	26.0	25.8	26.1	26.4
2°	Ica, Arequipa, Cusco, Madre de Dios, Ancash	16.9	18.1	17.8	17.8	17.2
3°	Tumbes, Junín, La Libertad, Piura, Loreto	10.5	10.1	10.3	10.6	10.8
4°	Lambayeque, Huancavelica, Ayacucho, Ucayali, Cajamarca	8.2	8.2	8.4	8.6	8.7
5°	Puno, Amazonas, Huánuco, San Martín, Apurímac	6.7	8.6	9.5	9.4	9.4
	Índice de disparidad	0.65	0.61	0.59	0.58	0.56

Tabla 4. PBI per cápita departamental (miles de soles).

El crecimiento marginal del PBI per cápita entre 2015-2019 también fue dispar entre los departamentos, el índice correspondiente supera la unidad (ver Tabla 5). Esta disparidad puede atribuirse, no solamente a los factores estructurales, sino también a coyunturales como las transferencias por concepto de cánones, regalías, participaciones. A los del primer quintil, conformado por Madre de Dios, Junín, Ancash, Apurímac y Huánuco, estas transferencias aumentaron, en promedio, en 72.8%; en cambio para los del último, conformado por Cajamarca, Piura, Amazonas, Loreto, Tumbes disminuyó en 28.6% (OBSERVATORIO DE LA DESCENTRALIZACIÓN, 2019). Al respecto, los investigadores suelen llegar a conclusiones al parecer contradictoria: esas transferencias ayudan a reducir las disparidades regionales, no así la gobernabilidad (GALARZA, 2020), fomentan la disparidad (BARCO, CHÁVEZ e OLIVAS, 2021). En promedio nacional, en efecto contribuye a mejorar el acceso a los recursos financieros de los gobiernos regionales y locales, pero lamentablemente no de manera equitativa. Conforme a las leyes de canon y otras (CONGRESO DE LA REPÚBLICA, 2001), estos recursos se distribuyen entre los gobiernos regionales, locales, universidades públicas, de acuerdo al criterio de área de influencia del yacimiento.

Quintil	Departamento	2015	2016	2017	2018	2019
1°	Madre de Dios, Junín, Ancash, Apurímac, Huánuco	0.116	0.312	0.048	- 0.015	- 0.030
2°	Tacna, Ayacucho, San Martín, Pasco, Lambayeque	0.046	0.000	0.017	0.024	0.045
3°	Ucayali, Moquegua, Huancavelica, Lima, Arequipa	0.020	0.039	0.012	0.015	- 0.011
4°	Puno, Ica, Cusco, La Libertad, Callao	0.007	0.012	0.008	0.014	0.004
5°	Cajamarca, Piura, Amazonas, Loreto, Tumbes	- 0.021	- 0.040	0.022	0.045	0.017
	Índice de disparidad	1.529	4.336	2.654	2.410	9.494

Tabla 5. Crecimiento PBI per cápita departamental.

A excepción de los departamentos del primer quintil, en particular el año 2016, el

índice de crecimiento marginal del PBI per cápita departamental revela que entre 2015 a 2019 no hubo crecimiento ni decrecimiento sustancial o al menos notorio (ver Figura 2). La tendencia hacia la disparidad interdepartamental persiste, más bien se profundiza en el primer quintil.

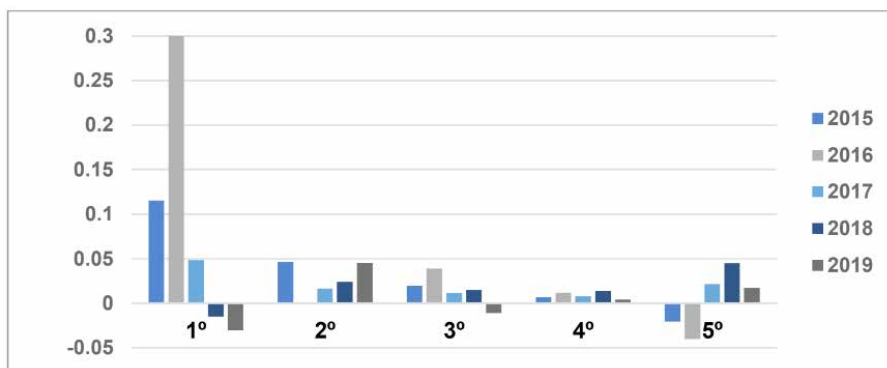


Figura 2. Crecimiento marginal del PBI per cápita departamental.

El resultado sobre la disparidad en el desarrollo económico local es coherente con los hallazgos de (CORONEL, 2019): los departamentos costeros de La Libertad y Lambayeque tienen ventajas competitivas respecto a Cajamarca, ubicado en los Andes, en cuanto a la calidad del capital humano, productividad, competitividad, innovación, institucionalidad, infraestructura, especialización y diversificación productiva (CORONEL, 2019). La investigación sobre la convergencia del desarrollo económico peruano, medido en términos de PBI per cápita, demostró que la inversión no es un factor significativo que promueva ello; más bien (SUÁREZ GUERRERO, 2019) identifica factores estructurales entre los departamentos, como la disponibilidad de recursos financieros y la estructura productiva. En la última década, el PBI del Perú ha crecido a 5,3% anual en promedio, pero ocurre que ese crecimiento se concentra en las actividades económicas que se desarrollan en determinados territorios, por tanto, persiste, sino aumenta, las disparidades regionales (RONCAL RODRÍGUEZ, 2016).

La reducción de la desigualdad, enfatiza (HAUSMANN, 2021), no depende del tradicional enfoque basado en el capital y el trabajo sino del aumento de la productividad, lo que exige invertir en infraestructura pública en los sectores más excluidos. El autor considera que diversificar la vocación y la capacidad productiva de una región contribuye a mejorar la productividad. A propósito de las TIC considera que los altos costos fijos que implican su instalación y mantenimiento conviene asumirlos colectivamente. El mayor uso de las TIC en las localidades masifica la demanda servicios complejos, como teletrabajo o educación en línea, que se traduce en la mejora de las rentas, de la productividad y facilitan la innovación (SERRANO, 2019). El internet es una herramienta de comunicación,

educación y producción, cuya contribución a la productividad y desarrollo económico es indudable. Las TIC y las TICs generan diferencias de oportunidades entre los pobladores y los agentes económicos (FLORES-CUETO, HERNÁNDEZ e GARAY-ARGANDOÑA, 2020). El desarrollo y aprovechamiento de las tecnologías de información y conocimiento (TICs), es la base para el crecimiento económico: en la sociedad de la información y el conocimiento la fuente de la productividad se fundamenta en la tecnología de generación de conocimientos, el procesamiento de la información y la comunicación de símbolos; pero lamentablemente en el Perú la brecha digital e informacional persiste, entre otras, por la residencia (QUISPE, 2018).

### Vinculación productividad TIC con PBI per cápita departamental

A nivel del país, no se aprecia que hubiere relación entre productividad de las TIC en la ejecución del presupuesto de gastos municipales con PBI per cápita, su coeficiente de correlación es -0.37 en 2015, aumenta ligeramente en los siguientes años hasta aproximarse a su inexistencia, a 0.05 en el año 2019 (ver Tabla 6). Es más relevante el vínculo entre aquella variable con el crecimiento marginal del PBI per cápita, su coeficiente de correlación alcanza 0.54 en 2016 y 0.59 en 2017.

Variables	Quintil	Departamentos	2015	2016	2017	2018	2019
Productividad TIC presupuestal y PBI per cápita	1°	Moquegua, Lima, Callao, Tacna, Pasco	-0.48	0.03	-0.33	-0.27	-0.20
	2°	Ica, Arequipa, Cusco, Madre de Dios, Ancash	-0.94	-0.51	0.46	-0.40	0.47
	3°	Tumbes, Junín, La Libertad, Piura, Loreto	-0.86	-0.39	-0.38	-0.56	-0.45
	4°	Lambayeque, Huancavelica, Ayacucho, Ucayali, Cajamarca	-0.38	-0.65	0.35	0.36	0.74
	5°	Puno, Amazonas, Huánuco, San Martín, Apurímac	-0.60	0.80	0.42	0.78	-0.92
	Perú		-0.37	0.01	-0.10	-0.12	0.05
Productividad TIC presupuestal y crecimiento PBI per cápita	1°	Madre de Dios, Junín, Ancash, Apurímac, Huánuco	-0.07	0.93	0.88	-0.42	0.83
	2°	Tacna, Ayacucho, San Martín, Pasco, Lambayeque	0.64	-0.61	0.55	0.61	0.45
	3°	Ucayali, Moquegua, Huancavelica, Lima, Arequipa	-0.43	-0.28	0.60	0.89	0.64
	4°	Puno, Ica, Cusco, La Libertad, Callao	-0.44	0.90	0.16	-0.32	-0.59
	5°	Cajamarca, Piura, Amazonas, Loreto, Tumbes	0.06	0.07	0.25	0.43	-0.16
	Perú		0.05	0.54	0.59	0.05	0.26
Acceso a internet y ejecución presupuesto de gastos			0.50	0.36	0.42	0.04	-0.02

Tabla 6. Matriz de coeficientes de correlación.

Un análisis detallado, a nivel de departamentos agrupados en función a los PBI per cápita, muestra que los tres primeros quintiles tienden a la correlación negativa; en



cambio, en las dos últimas son mayoritariamente positivas. Ello podría ser el indicio de la irrelevancia de la ejecución del presupuesto de gastos municipales en el desarrollo económico local en los municipios de los departamentos cuya economía está matizada por la diversificación, globalización, interconexión al mercado exterior, empleo de una tecnología más moderna. Reiterando, doce de los departamentos de la costa, dos de los Andes y uno de la Amazonia están en los tres primeros quintiles, pero éstos últimos son beneficiarios de los cánones (ver Figura 3). La economía de los departamentos de la costa en la actualidad está más vinculada al comercio internacional, tradicionalmente en las ciudades de la costa se instalaron los parques industriales, son las que interconectaron primero por los medios de transporte moderno: carreteras asfaltadas, puertos marítimos, aeropuertos, entre otras inversiones de infraestructura productiva; que además garantizan la sostenibilidad de la producción de bienes y servicios. En cambio, se presume que esas inversiones no se realizaron en los Andes ni en la Amazonia por su ubicación geográfica accidentada y alejada de la capital de la República, principal polo de desarrollo económico del país (GALLEGOSPOLO, 2019), (SÁNCHEZ, 2015).

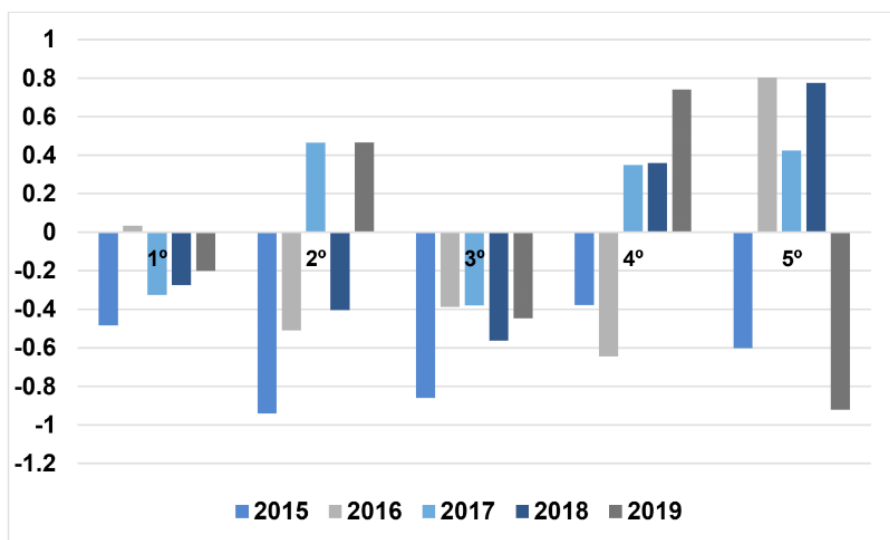


Figura 3. Correlación productividad TIC presupuestal y PBI per cápita departamental.

En cambio, es distinto el crecimiento marginal del PBI per cápita, si bien los tres primeros quintiles tienden hacia la correlación positiva y las dos últimas hacia la negativa (ver Figura 4), pero son otros los departamentos que se ubican en esas posiciones. Entre los 15 primeros, 9 son de los Andes y la Amazonia y 5 de la Costa en los dos últimos quintiles. Ello podría atribuirse al estadio de saturación que están alcanzando los departamentos de la Costa, discutible porque evidentemente estamos demasiado alejados

de los PBI per cápita alcanzada por otros países, incluso latinoamericanos; también al mejor aprovechamiento de las transferencias del erario nacional a los gobiernos locales por parte de estos. Si esto fuere así, se confirmaría el hallazgo de (GALARZA, 2020), en el sentido de que la descentralización del gasto público ayuda a reducir las disparidades regionales. Probablemente esta tendencia podría optimizarse si se logra superar la escasa voluntad política, la ausencia de liderazgo democrático, el modelo centralista basado en el monopolio de financiamiento público, la informalidad, la ilegalidad, la corrupción en la gestión pública, la desigualdad en la distribución de los cánones, la escasa productividad, que mencionan (HERZ, 2019), (HAUSMANN, 2021) y otros.

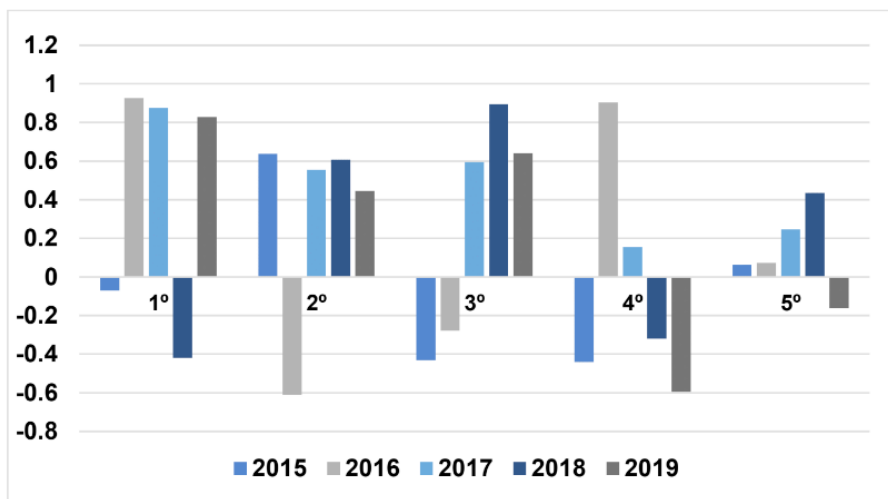


Figura 4. Correlación productividad TIC presupuestal.

Sin embargo, en ese contexto cobra mayor relevancia el rol que desempeñan las IC y las TICs en el desarrollo local. La modernidad y la globalización van de la mano con el uso de estos servicios. El Perú cuenta con estrategias e iniciativas novedosas de acceso a las TIC y regulación de los precios de las TIC en el marco de la oferta y demanda, pero no ha logrado incrementar el acceso a las TIC debido a los obstáculos territoriales, particularmente en las zonas rurales y selváticas (ESCUDER, 2020). En Lima Metropolitana, el 62,9% accede a internet, pero solo el 5,9% en las zonas rurales (MELGAREJO, 2021), que constituyen una parte importante de los departamentos de los Andes y la Amazonia. La ausencia del acceso a las TIC es signo de subdesarrollo (FLORES-CUETO, HERNÁNDEZ e GARAY-ARGANDOÑA, 2020).

## 5 I CONCLUSIONES

Lo expuesto en los diversos apartados del documento permite llegar a las siguientes conclusiones:

1. La contribución del acceso al internet a la efectividad de la ejecución del presupuesto de gastos municipales no es significativa, al parecer como consecuencia benéfica del estadio de saturación del acceso al internet que alcanzaron las municipalidades peruanas: 98.6% de las municipalidades del primer quintil y el 85.5% del último quintil.
2. Es notoria la disparidad del desarrollo económico local en el Perú. El PBI per cápita de los departamentos del primer quintil fue 3.9 veces respecto al último quintil en 2015, disminuyó a 2.8 en 2019. El ingreso per cápita de todos los departamentos de la región costera, la más moderna y globalizada, se encuentran en los tres primeros quintales, en dos últimos quintiles se ubican el 77% de los departamentos de los Andes y la Amazonia, regiones con economía principalmente extractiva. En cambio, es distinto el crecimiento marginal del PBI per cápita, si bien los tres primeros quintiles tienden hacia la correlación positiva y las dos últimas hacia la negativa, son otros los departamentos que se ubican en esas posiciones. Entre los 15 primeros, 9 son de los Andes y la Amazonia y 5 de la Costa en los dos últimos quintiles. Esta disparidad puede atribuirse a los factores estructurales, también a las transferencias por cánones y que se aprovecharon mejor. Estas aumentaron en 72.8% para las municipalidades del primer quintil, pero disminuyó en 28.6% para las del último.
3. La productividad de las TIC en la ejecución del presupuesto de gastos municipales con PBI per cápita los tres primeros quintiles tienden a la correlación negativa; en cambio, en las dos últimas son mayoritariamente positivas. Ello podría ser el indicio de la irrelevancia de la ejecución del presupuesto de gastos municipales en el desarrollo económico local en las municipalidades de los departamentos con una economía y globalizada, pero si es relevante en las que están en transición.

## REFERENCIAS

ALARCÓN, O.; GONZÁLEZ, H. El desarrollo económico local y las teorías de localización. Revisión teórica. **Espacios Vol. 39 (N° 51)**, p. 4, 2018.

ARCE, P.; TEJADA, N. Impacto de la inversión pública en el crecimiento de la Región Cajamarca – período 2008-2017. **REVISTA GOBIERNO Y GESTIÓN PÚBLICA 2017(1)**, p. 217-238, 2017.

ÁVILA, D. El uso de las TICs en el entorno de la nueva gestión pública mexicana. **Andamios Volumen 11, número 24**, p. 263-288, 2014.

BARCO, D.; CHÁVEZ, P.; OLIVAS, K. **Promoviendo mayor eficacia y menor desigualdad a través de la descentralización**. Lima: CIES, PUCP, IEP, IDEA, 2021.

CARTA, G.; POU BELL, V. Productividad y eficiencia del sector público español. **BBA Research, Observatorio Económico**, p. <https://news.fiar.me/wp-content/uploads/2021/05/Espana-Observatorio-productividad-sector-publico-BBVA.pdf>, Julio 2018.

CASAS, E. El desarrollo económico local, el enfoque de desarrollo humano y la economía social y solidaria al servicio de la persona. **PERSPECTIVA 19** (, p. : 227-241, 2018.

CERVANTES, D. Participación electrónica en gobiernos municipales: una herramienta para la gobernanza. **Academia**, 10 mar. 2018. [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57965605/ParticipacionElectronicaMunicipal\\_art1.pdf?1544477410=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DParticipacion\\_electronica\\_en\\_gobiernos\\_m.pdf&Expires=1624881599&Signature=NXe55tcq913sjEHqLTUXGDVaoBB7G](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/57965605/ParticipacionElectronicaMunicipal_art1.pdf?1544477410=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DParticipacion_electronica_en_gobiernos_m.pdf&Expires=1624881599&Signature=NXe55tcq913sjEHqLTUXGDVaoBB7G).

CESPEDES, N.; LAVADO, P.; RAMÍREZ, N. La productividad en el Perú: un panorama general. In: CESPEDES, N. **Productividad en el Perú: medición, determinantes e implicancias**. Lima: Universidad del Pacífico , 2016. p. 9-40.

CONGRESO DE LA REPÚBLICA. Ley de Canon N° 27506. **El Peruano** , 10 jul. 2001.

CORONEL, J. **Evolución de las desigualdades/disparidades económicas en tres departamentos del norte del Perú, influencia en su crecimiento económico: 2000-2015**. Lima: UNMSM, 2019.

CUEVA GAMBOA, L. S. **La remuneración salarial y su influencia en la productividad de los trabajadores de las cajas municipales en Trujillo 2015 - 2018**. Trujillo : UNITRU, 2019.

ESCUDE, S. Regionalización de la brecha digital. Desarrollo de la infraestructura de las TIC en Latinoamérica y Uruguay. **Tecnología y Sociedad, Año 9, núm.17**, p. 1-23, 2020.

FLORES, E.; PONTE, H. **Factores determinantes de la inversión pública en las municipalidades provinciales del departamento de Ancash, 2010-2018**. Huaraz : UNSAM, 2019.

FLORES-CUETO, J. J.; HERNÁNDEZ, R. M.; GARAY-ARGANDOÑA, R. Tecnologías de información: Acceso a internet y brecha digital en Perú. **Revista Venezolana de Gerencia, vol. 25, núm. 90**, p. 504-521, 2020.

FONTALVO-HERRERA, T.; DE LA HOZ-GRANADILLO, E. & M.-G. J. La productividad y sus factores: incidencia en el mejoramiento organizacional. **Dimensión Empresarial, 15(2)**, p. 47-60, 2017.

GALARZA, S. **El efecto de la Descentralización Fiscal sobre las Disparidades Regionales en el Perú 2007-2018**. Lima: UPC, 2020.

GALLEGOSPOLO, J. D. D. **Relación de largo plazo entre la inversión en infraestructura pública y el crecimiento económico en el Perú, 2000-2018**. Trujillo : UNITRU, 2019.

GIL, E.; HERRERA, G. **LOS EFECTOS DIRECTOS E INDIRECTOS DE LA INFRAESTRUCTURA PÚBLICA EN LA PRODUCTIVIDAD DE LAS EMPRESAS PERUANAS**. [S.l.]. 2019.

GUERRA, J. C.; CASTAÑEDA, E. Impacto de la gestión de inversiones municipales sobre el índice de desarrollo humano en el Valle del Mantaro (Perú). **Revista Visión Contable N° 21**, p. 143-165, 2020.

GUERRA, R. Solo el 40,1% de los hogares peruanos tiene acceso a Internet: ¿Qué hacer para elevar la conectividad? **El Comercio**, 15 mar. 2021. <https://elcomercio.pe/economia/peru/solo-el-401-de-los-hogares-peruanos-tiene-acceso-a-internet-que-hacer-para-elevar-la-conectividad-congreso-velocidad-minima-de-conexion-inei-ncze-noticia/>.

HAUSMANN, R. La productividad de la confianza. **Project Syndicate**, 23 dez. 2014. 15-17.

HAUSMANN, R. El aumento de la productividad es clave para reducir la desigualdad en los países pobres. **Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas (FIEL)**, 12 jun. 2021. <https://www.infobae.com/economia/2021/06/12/un-estudio-de-harvard-afirma-que-el-aumento-de-la-productividad-es-clave-para-reducir-la-desigualdad-en-los-paises-pobres/>.

HERNÁNDEZ, J.; DESTINOBLESY, A. Disparidades intrarregionales y desarrollo local en la Región Económica de Pinar del Río. Conformación del estado del arte y aproximaciones generales. In: DE LA VEGA ESTRADA, S. Y. K. R. C. C. **DESIGUALDAD REGIONAL, POBREZA Y MIGRACIÓN**. México : UNAM, 2018. p. 644-665.

HERZ, C. La descentralización en el Perú: cambios reales o continuidad remozada del centralismo. **Ecuador Debate N° 108**, p. 149-166, 2019.

HUANCA, J. et al. Modernización de la gestión pública y la calidad de atención al usuario en las municipalidades provinciales de la región Puno. **olo del Conocimiento, [S.l.]**, v. 6, n. 1, p. 479-498, 2021.

INEI. **Estadísticas Municipales 2015**. Lima: INEI, 2015.

INEI. **Estadísticas municipales 2016**. Lima: INEI, 2016.

INEI. **Indicadores de Gestión Municipal 2017**. Lima: INEI, 2017.

INEI. **Indicadores de Gestión Municipal 2018**. Lima: INEI, 2018.

INEI. **Indicadores de Gestión Municipal 2019**. Lima: INEI, 2019.

JIMÉNEZ, Á.; MERINO, C.; SOSA, J. C. Determinantes de la inversión pública de los gobiernos locales del Perú. **Consejo Fiscal: Documento de Investigación N° 001-2018**, p. <https://cf.gob.pe/wp-content/uploads/2019/01/Determinantes-de-la-inversio%CC%81n-pu%CC%81blica-local-VF.pdf>, 2018.

JORDÁ-BORRELL, R. . & L.-O. J. Factores de crecimiento económico en los países en desarrollo: el papel de las TICs. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, (86)**, p. <https://doi.org/10.21138/bage.2979>, 2020.

JUÁREZ, G. REVISIÓN DEL CONCEPTO DE DESARROLLO LOCAL DESDE. **Revista Lider Vol. 23. 2013**, p. 9-28, 2013.

LEÓN, L. Evaluación de las necesidades de implementación de tecnologías de información y comunicación en municipalidades. **Yachay, 7(1)**, p. 362-366., 2018.

LEÓN-MENDOZA, J. C. emprendimiento empresarial y crecimiento económico en Perú. **Estudios Gerenciales**, **35(153)**, p. 429-439., 2019.

LOPEZ RODRIGUEZ, D. N. Propuesta de políticas de Gestión Municipal para la reducción de la desnutrición infantil en la Municipalidad Distrital de Ocros, 2018. **Gobierno y Gestión Pública**, p. 1-18, 2019.

LOPEZ, R.; AYALA, D.; ARELLANES, Y. Gobernabilidad democrática y desarrollo local sustentable. **E CONOMÍA Y SOC I EDAD**, enero-junio **36**, p. 61-75, 2017.

MEF. Portal de Transparencia Económica. **Seguimiento de la Ejecución Presupuestal (Consulta amigable)**, 02 jul. 2021. Disponible en: <[https://www.mef.gob.pe/es/?option=com\\_content&language=es-ES&Itemid=100944&lang=es-ES&view=article&id=504](https://www.mef.gob.pe/es/?option=com_content&language=es-ES&Itemid=100944&lang=es-ES&view=article&id=504)>.

MELGAREJO, J. Brecha digital en el Perú: ¿Cómo vamos y qué nos falta para acortarla? **El Comercio**, 15 mar. 2021. <https://elcomercio.pe/tecnologia/tecnologia/brecha-digital-en-el-peru-como-vamos-y-que-nos-falta-para-acortarla-educacion-alfabetizacion-digital-pandemia-que-hacer-futuro-noticia/>.

MILLÁN, H.; GARCÍA, M. Instituciones y desarrollo municipal: un análisis multinivel. **Sociedad, Economía y Territorio**, Vol. XVII, Num. 53, p. 63-86, 2017.

NASER, A.; CONCHA, G. **Rol de las TIC en la gestión pública y en la planificación para un desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile : CEPAL/BMZ-GIZ , 2014.

OBSERVATORIO DE LA DESCENTRALIZACIÓN. **PERU: TRANSFERENCIAS PORTIPO DE CANON, REGALIAS, PARTICIPACIONES Y OTROS, A LAS MUNICIPALIDADES.2004 –2019**. Lima. 2019.

PEBE, C.; RADAS, N.; TORRES, J. Canon minero y ciclo político presupuestal en las municipalidades distritales del Perú, 2002-2011. **Revista de la CEPAL N° 123**, p. 182-200, 2017.

PÉREZ, C.; SALAZAR, B.; HERNÁNDEZ, M. Geografía de la intensidad del conocimiento y desigualdad social en los municipios hidalgüenses. **Economía, Sociedad y Territorio**, vol. xx, núm. 62, p. 187-214, 2020.

PRÍNCIPE, A. Participación ciudadana y presupuesto participativo para una gobernanza efectiva para los gobiernos locales en el Perú. **Centro Sur. Social Science Journal Vol. 5 N° 2**, p. 111-130, 2020.

QUISPE, G. Hacia la sociedad del conocimiento en el Perú, cifras. In: PEREZ, M.; ALCOLEA, G.; NOGALES, A. **Poder y medios en las sociedades del siglo XXI**. Lima: Egregius, 2018. p. 113.

ROJAS, I. Del desarrollo económico al desarrollo económico endógeno: una mirada desde el pensamiento complejo. **INTEX**, Vol. 23(1), p. 12-23, 2018.

RONCAL RODRÍGUEZ, F. **Crecimiento económico, convergencia y disparidades regionales en el Perú**. Trujillo : UNITRU, 2016.

RUBIO-NÚÑEZ, R. et al. Importancia de la Gestión Tecnológica en los Gobiernos Municipales Mexicanos. **Revista Electrónica Gestión de las Personas y Tecnología**, vol. 11, núm. 33, p. 55-67, 2018.

SANCHEZ ZAVALA, J. D. **Análisis del pib per cápita y coeficiente de gini del Ecuador en el periodo 2007 - 2017**. Machala-Ecuador: UTMACH, 2019.

SÁNCHEZ, A. **Migraciones internas en el Perú**. Lima: Organización Internacional para las Migraciones, 2015.

SERRANO, N. **¿A mayor brecha digital mayores brechas socioeconómicas?: impacto de acceder a internet de alta velocidad sobre el ingreso de los hogares en Colombia**. Bogotá : Universidad de los Andes, 2019.

SUÁREZ GUERRERO, M. **Inversión pública, desarrollo económico y convergencia regional en el Perú durante el periodo 2001-2015**. Piura : Universidad Nacional de Piura , 2019.

SUÁREZ, O. Brechas de desarrollo en el Ecuador: un análisis a nivel de zonas administrativas. **Universidad y Sociedad vol.11 no.2** , p. 121-128, 2019.

VARGAS, J.; ZABALETA, W. La gestión del presupuesto por resultados y la calidad del gasto en gobiernos locales. **“Visión de Futuro”, vol. 24, núm. 2**, p. 37-56, 2020.

VELAZCO, R. **La gestión municipal y su efecto en el desarrollo económico local del distrito de Lares-Calca-Cusco, 2019**. Lima: UCSS, 2020.

VICENTE, A.; CHÁVEZ, E. Competencias laborales para la gestión pública y productividad de las unidades orgánicas de un municipio provincial. **REVISTA VERITAS ET SCIENTIA - UPT, 8(2)**, p. 1202 - 1210, 2020.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Ação social 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97

Ações afirmativas 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211

Administração 18, 19, 22, 27, 31, 75, 86, 98, 99, 100, 104, 130, 131, 145, 180, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 228, 235, 236, 238, 249, 266

Adolescência 212, 213, 215, 221, 223, 224

Adolescente(s) 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Alunos com deficiência 226, 228, 229, 232, 234

Ambiente organizacional 17, 18, 21, 22, 25, 26, 27

### B

Bacia de Campos 134, 138, 139, 141

Brasil 20, 21, 27, 28, 31, 34, 36, 37, 39, 41, 42, 76, 77, 79, 83, 84, 86, 88, 90, 94, 101, 102, 103, 104, 130, 131, 146, 147, 149, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 176, 194, 197, 198, 199, 200, 203, 209, 210, 211, 213, 216, 218, 219, 220, 223, 224, 227, 234, 238, 247, 249, 250, 254, 258, 259, 264

### C

CODEM 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98

Conhecimento 19, 20, 21, 79, 112, 148, 150, 151, 162, 163, 164, 165, 169, 201, 230, 240, 243, 245, 252

Consultoria 17, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 103, 169

Cooperativas 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 137, 258, 263, 266

Custos 134, 135, 215, 236, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 256, 257, 262, 263

### D

Desenvolvimento 1, 17, 20, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 40, 41, 42, 75, 77, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 113, 133, 134, 136, 137, 138, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 154, 155, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 197, 201, 207, 209, 213, 215, 228, 230, 233, 234, 239, 241, 247, 266

Desigualdade social 196, 197, 198, 208, 209, 210

### E

Educação empreendedora 163

Empreendedorismo 152, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169

Empresa de *facilities* 226, 230, 231, 234



Empresa Júnior 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170

Ensino 134, 149, 164, 165, 169, 180, 200, 205, 207, 208, 209, 218, 219, 220, 223, 224, 226, 228, 229, 232, 233

Escola 197, 201, 204, 205, 207, 209, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 231, 232, 233, 266

## **F**

Fronteira 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 98, 131

Fundo público 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 42

## **G**

Gestão 19, 21, 22, 27, 43, 89, 96, 100, 101, 104, 134, 136, 137, 163, 165, 169, 170, 180, 201, 204, 208, 226, 229, 231, 236, 238, 239, 240, 241, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 266

## **H**

Hospital 236, 237, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 257, 259, 263, 265

## **I**

IBOVESPA 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Inclusão social 162, 197, 199, 226, 229, 234

Inovação 95, 96, 148, 150, 151, 152, 155, 159, 166, 180, 226, 229, 266

## **L**

Local 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 94, 99, 113, 120, 134, 137, 138, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 162, 179, 184, 185, 202, 203, 204, 208, 226, 227, 249

## **M**

Médico 190, 203, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 262, 263, 264

MEI 148, 149, 150, 153, 158, 160, 161, 162

Mercado 18, 19, 20, 22, 25, 29, 32, 46, 48, 49, 57, 68, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 84, 86, 89, 148, 149, 155, 156, 165, 166, 167, 168, 169, 197, 210, 227, 250, 253, 256, 264

Minas Gerais 42, 134, 212, 213, 214, 216, 218, 219, 220, 222, 226, 228, 229

Motivação 17, 18, 23, 24, 25, 26, 89, 160, 227

Municípios 28, 29, 30, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 88, 97, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 128, 130, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

## N

Norte Fluminense 134, 138, 139, 140, 141, 145, 147

## O

Operação Lava Jato 75, 76, 78, 79, 82, 83

Orçamento 31, 32, 104, 109, 135, 143, 145, 146, 250, 256

Organização 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 33, 34, 102, 103, 138, 150, 151, 152, 154, 206, 212, 220, 238, 246, 251, 258, 259, 264

## P

Paciente 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 263

Pagamento 79, 103, 106, 139, 140, 144, 145, 249, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 261, 262, 263, 264, 265

Paraná 89

Petróleo 78, 134, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147

Políticas públicas 31, 33, 40, 41, 88, 95, 97, 98, 104, 134, 135, 136, 138, 146, 147, 150, 154, 180, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 204, 209, 210, 211, 214, 222, 228, 229, 253, 266

Políticas sociais 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 134, 135, 139

Processos 17, 18, 19, 21, 22, 23, 26, 29, 31, 35, 89, 112, 155, 156, 162, 169, 198, 204, 205, 209, 212, 213, 236, 240, 242, 243, 247, 251

## Q

Qualidade 22, 25, 32, 45, 87, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 114, 137, 151, 165, 167, 204, 207, 212, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 243, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264

## R

Rastreabilidade 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248

Rede 78, 148, 150, 152, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 166, 169, 197, 200, 210, 216, 226, 228, 229, 231, 233

Remuneração 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Rendas petrolíferas 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146

Rio Grande do Sul 28, 29, 30, 34, 41, 42, 75, 131

*Royalties* 57, 134, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146

## S

Saúde 28, 29, 34, 35, 38, 39, 40, 41, 78, 83, 86, 88, 92, 95, 101, 102, 103, 105, 110, 113,

116, 127, 131, 132, 133, 144, 197, 213, 214, 220, 222, 223, 224, 228, 231, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265

Sociedade 1, 29, 31, 33, 41, 42, 44, 76, 87, 88, 89, 92, 94, 96, 97, 98, 99, 104, 108, 131, 136, 137, 148, 150, 164, 165, 166, 169, 198, 200, 209, 210, 222, 227, 228, 229, 234, 266

## **T**

Taxa de câmbio 75

## **U**

Universidade 17, 28, 75, 86, 87, 99, 130, 134, 164, 169, 196, 210, 211, 212, 216, 223, 224, 226, 249, 259, 266

## **V**

Violência 134, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

# AD MI NIS TRA ÇÃO:

# 2

Estudos organizacionais e sociedade

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

# ADMINISTRAÇÃO:

2

**Estudos organizacionais e sociedade**

🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

📷 @atenaeditora

📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021